



DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DAS BANCADAS DO PSDB NA CÂMARA E NO SENADO

Nº 1656, QUARTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 2011

Adiamento da votação de MP que afrouxa regras para licitações é uma vitória, diz líder do PSDB

Após protestos da oposição e uma reunião de líderes partidários, os deputados adiaram a votação da Medida Provisória 521/10. Para o líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**, o adiamento é uma vitória. "A MP é polêmica, pois tem como objeto a melhoria do salário dos médicos-residentes e o governo quer, por meio de uma barriga de aluguel, modificar significativamente a Lei de Licitações, a pretexto de tentar acelerar as obras para a Copa do Mundo", declarou o tucano em entrevista à TV Câmara.

Durante a discussão da matéria, os tucanos usaram adesivos com os dizeres "MP 521, não. Copa, sim. Corrupção, não", como forma de protesto. Nogueira lem-

brou que nenhum dos países que sediou a Copa nas últimas décadas alterou a lei referente a licitações para fazer obras.

Sem acordo por parte do governo, a votação do novo Código Florestal (PL 1876/99), relatado pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), também foi adiada. A proposta será analisada nesta quarta-feira (11), às 9h.

O plenário aprovou a Medida Provisória 518/10, que cria o Cadastro Positivo, um banco de dados dos "bons pagadores", formado por pessoas físicas e jurídicas. "É uma lei que vai permitir apontar o bom pagador e, com isso, a oportunidade de balizar para o mercado a garantia de crédito e a redução das taxas de juros", afirmou Nogueira. @

"Na verdade, permitiremos uma Copa que, em vez de deixar um legado de obras estruturantes para muitas cidades que sediarão esse evento, deixará como legado um rastro de corrupção e desvio de recursos públicos."

■ Deputado **Rogério Marinho (RN)**

Protestos da oposição

"Esse caso é aberrante. Coloca-se um assunto que não tem nada a ver com a medida provisória, para discutirmos como se fosse realmente uma barriga de aluguel, a fim de que ele consiga passar à frente de todos os outros."

■ Deputado **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)**

"A responsabilidade é única e exclusiva do governo do PT pela falta de planejamento e incompetência com que trouxe as obras para a Copa e para as Olimpíadas."

■ Deputado **Vanderlei Macris (SP)**

"O mais grave é a justificativa: por causa da Copa. E todos os que concordarem com esses termos estão sendo cúmplices de uma futura roubalheira."

■ Deputado **Raimundo Gomes de Matos (CE)**

Merenda escolar: tucanos cobram justificativas sobre problemas denunciados e sugerem ações

Parlamentares do PSDB adotaram medidas para esclarecer problemas com a merenda escolar oferecida em escolas públicas. A refeição é fundamental para milhares de alunos, sobretudo os mais carentes, que dependem dela para não passar fome. No último domingo, o "Fantástico", da TV Globo, veiculou reportagem denunciando a má qualidade, o desperdício e a oferta de alimentos estragados.

Nessa terça-feira (10), a Comissão de Educação do Senado aprovou requerimentos de **Marisa Serrano (MS)** questionando a atuação do Ministério da Educação e da Controladoria-Geral da União a respeito da merenda. A tucana também pediu a realização, pelo Tribunal de Contas da União, de auditoria especial no Programa Nacional de Alimentação Escolar. "Onde está o Estado, que deveria garantir o atendimento das necessidades básicas da sua população?", questionou.

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador **Cyrolino (GO)** defendeu a obrigatoriedade da presença de um nutricionista na preparação do cardápio da merenda. A sugestão do tucano foi incorporada, na forma de emenda, a um projeto de lei

que substitui alimentos pouco saudáveis nos colégios.

Já o senador **Cícero Lucena (PB)** foi à tribuna protestar contra a situação das refeições fornecidas pela Prefeitura de João Pessoa, uma das cidades denunciadas pelo "Fantástico". O parlamentar pediu auxílio das instituições de fiscalização e anunciou a apresentação de requerimento para realização de audiência sobre a questão. "O dinheiro público está sendo desperdiçado e o direito dos alunos da rede municipal de ensino é desrespeitado", reprovou.

Por sua vez, o deputado **Ruy Carneiro (PB)** cobrou explicações do prefeito da cidade, Luciano Agra. "Por que a prefeitura renovou o contrato mesmo com orientação contrária do Ministério Público?", questionou. O parlamentar sugeriu a descentralização da gestão da merenda. @



"Temos que saber o que acontece com a merenda nos estados brasileiros, em respeito às crianças e às famílias."

■ Senadora **Marisa Serrano (MS)**

Gastança do governo agrava situação financeira das prefeituras, afirma Abi-Ackel

A gastança do governo federal estimula a inflação e agrava a situação financeira das prefeituras, afirma o líder da Minoria na Câmara, **Paulo Abi-Ackel (MG)**. Na 14ª Marcha dos Prefeitos, que começou ontem (10), os gestores municipais apresentaram uma pauta de reivindicações (veja quadro ao lado). “O governo fica com o direito de promover a gastança, trazendo de volta a inflação, e passa a conta para governadores e prefeitos. É preciso acabar com essa farra.”

Do total das receitas correntes previstas no Orçamento da União para 2011 (R\$ 1,4 trilhão), apenas R\$ 55,5 bilhões serão repassados aos municípios, afirmou o deputado. “O governo dá demonstrações de que vai aprofundar a difícil situação financeira das prefeituras. Ao invés de cortar em suas próprias despesas, ele pretende repassar essa conta. O descontrole da inflação mostra que não é de hoje que o PT fecha as contas à custa do sacrifício das cidades e dos Estados.”

Segundo Abi-Ackel, os prefeitos estão aflitos com o anúncio de corte nas emendas parlamentares e com a ameaça do cancelamento dos restos a pagar – referentes

às despesas contratadas de 2007 a 2009. O tucano alertou que os restos a pagar são recursos já comprometidos com projetos em andamento. “Se forem cancelados, o Brasil inteiro vai conviver com a paralisação de diversas obras, iniciadas sob a confiança de que o governo federal cumpriria o seu dever de repassar os recursos do orçamento”, reprovou o tucano.

Ele ressalta que os Estados e municípios contribuem para a boa execução das contas públicas e para o superávit primário, que o governo federal exhibe como mérito próprio.



Reivindicações dos municípios

- Aprovação da regulamentação da Emenda 29, que destina novos recursos para a saúde
- Liberação de restos a pagar
- Redistribuição dos royalties do pré-sal entre municípios produtores e não produtores
- Redução da carga tributária brasileira, considerada uma das mais altas do mundo



Regulamentação da Emenda 29 beneficiará saúde pública nos municípios

Delegado Waldir solicita CPI para investigar autoridades em grupos de extermínio

O deputado **Delegado Waldir (GO)** sugeriu a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a participação de autoridades públicas em grupos de extermínio no Brasil. Para viabilizar a proposta, o tucano tem coletado assinaturas de outros parlamentares. Segundo ele, as autoridades ligadas a assassinatos precisam ser punidas.

“O objetivo é descobrir até que ponto há participação de autoridades políticas nos grupos de extermínio. Precisamos dar uma resposta imediata à sociedade”, destacou. “Queremos poupar vidas. O lugar de quem cometeu crime é na cadeia.” Para criar a comissão de inquérito, são necessárias 175 assinaturas de parlamentares. O tucano cogita uma comissão mista.

O deputado cobrou da presidente Dilma Rousseff a liberação de recursos para os Estados. A petista definiu a

segurança como prioridade no período eleitoral. Segundo Waldir, a população vê o contrário da promessa de campanha. “O que encontramos é uma verdadeira bagunça.”

Já o deputado **João Campos (GO)** defende a atuação firme dos governadores nos Estados. “Os governantes precisam de atitude, não assistir a tudo sem tomar providências. É preciso ajustar a lei e, se possível, indiciar e condenar a partir da omissão dessas autoridades.”

As propostas foram apresentadas pelos tucanos em audiência na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Participou do debate, proposto pelo Delegado Waldir, o secretário nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Ramaís de Castro. Os grupos de extermínio estão espalhados pelo Brasil inteiro, mas os mais atuantes encontram-se nos Estados de Goiás, Paraíba, Maranhão e Rio de Janeiro.



Leia também em nosso blog:

- Barbosa lamenta defasagem dos valores repassados aos médicos por planos
- Deputados criticam ministra da Cultura por embolsar pagamento irregular de diárias
- Bruno Araújo considera metas de velocidade e investimentos do PNBL insuficientes
- Comissão de combate ao consumo excessivo de bebida fará sua primeira audiência no dia 17
- Senadora Lúcia Vânia defende aprovação de agrotóxico genérico
- Gestão Dilma adota medidas conflitantes no "vale-tudo" contra a inflação, alerta ITV
- Calos Leréia participará de cúpula parlamentar na Coreia
- Administração do PT é omissa e incompetente na repressão às drogas, avaliam Francischini e João Campos
- Direto do Twitter, com os deputados Vanderlei Macris (SP), Paulo Abi-Ackel (MG), Carlos Alberto Leréia (GO), Bonifácio de Andrada (MG) e Vaz de Lima (SP) e o senador Cyro Miranda (GO)
- Direto do Plenário, com os deputados Raimundo Gomes de Matos (CE), Vanderlei Macris (SP) e Paulo Abi-Ackel (MG) e o senador Aécio Neves (MG)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Letícia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo